

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João  
2 – CBHLSJ. Ao vigésimo oitavo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois,  
3 às dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *JitsiMeet*), tendo  
4 como pauta, após retificação, os seguintes assuntos: **1 - Avaliação para aprovação do**  
5 **calendário de reuniões do CBHLSJ em 2022; 2 - Apresentação sobre o andamento**  
6 **dos Projetos; 3 - Apresentação do PAP 2022; 4 - Avaliação para aprovação de**  
7 **Minuta de Resolução sobre destinação de recurso para contratação de estudo de**  
8 **modelagem de trecho do Rio Una; 5 - Avaliação para aprovação de Minuta de**  
9 **Resolução sobre utilização da conta reserva; 6 - Avaliação para aprovação de**  
10 **Minuta de Resolução sobre alteração de percentual para contratação de empresa**  
11 **especializada na elaboração de projetos básicos, executivos e fiscalização em obras**  
12 **de saneamento; 7 - Apresentação sobre Manual Operativo da Barragem de**  
13 **Juturnaíba - Gabriela Coutinho (Prolagos); 8 - Avaliação para aprovação de**  
14 **Minuta de Resolução que altera a Resolução CBHLSJ nº 14/2007 – Sobre**  
15 **Operação das Comportas da Barragem de Juturnaíba; 9 - Assuntos Gerais.** Onde  
16 compareceram os seguintes representantes, conforme comprovação de presença: Sra.  
17 Ana Paula Araújo Pereira (FIPERJ); Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho  
18 (FIPERJ); Sr. Artur Barroso Bago (SEDEC); Sr. Luiz Fernando Nunes Shinkado  
19 (SEDEC); Sr. Bernardo Corty (P.M. Armação dos Búzios); Sra. Keila Ferreira da Silva  
20 (P.M. Arraial do Cabo); Sr. Caio de Carvalho Silva (P.M. São Pedro da Aldeia); Sr.  
21 Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sra. Edna Ferreira Calheiros Saraiva  
22 (AMEAS); Michele Maria de Souza (AMEAS); Sra. Rafaela de Carvalho Siqueira  
23 (Associação Raízes); Sra. Dalva Rosa Mansur (IPEDS); Sr. Manildo Marcião de  
24 Oliveira (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sra. Caroline Souza Fernandes  
25 (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr. Yan Freitas Soares Antunes (Concessionária  
26 Águas de Juturnaíba); Sra. Mayná Coutinho Moraes (CEDAE); Sra. Gabriela Negreiros  
27 Coutinho Vitorino (PROLAGOS); Sr. Eli da Costa Cardoso (Colônia Z-4/Cabo Frio);  
28 Sra. Cynthia Lima Ranieri (Instituto Albatroz); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia  
29 Z-29/Iguaba Grande); Sr. Jorge Carmo Mello (ALA); Sra. Irene Alves de Mello (ALA);  
30 Sr. Gilton Souza de Luna (STTR-CF); Sr. Gilmar Prado Jacob (COOPASÃOJOÃO);  
31 Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sra. Adriana Saad  
32 (CILSJ); Sr. Leonardo Nascimento (CILSJ); Sra. Jéssica Berbat (CILSJ); Sra. Samara  
33 Miranda (CILSJ); Sra. Aline Araujo (Assessoria Jurídica); Sr. Leandro Mitidieri

34 (Procurador da República); Sra. Patrícia (PESCARTE-CF); Sr. Davi (ouvinte); Sra.  
35 Daniele Catanhandê (PESCARTE-PEA); Sr. Felipe Liberato (PROLAGOS); Sr.  
36 Stephan (PROLAGOS); Sr. Gabriel Dal Moro (PROLAGOS); Sra. Bianca Fernandes  
37 (P.M. Cabo Frio); Sra. Denise Morand (Conselho Municipal de Meio Ambiente de  
38 Armação dos Búzios); Sr. Gerson Oliveira (Conselho Municipal de Meio Ambiente de  
39 Armação dos Búzios); Raphael Braga (Vereador de Armação dos Búzios) Sra.  
40 Stephanie Lange (ouvinte); Thaís Lopes (Instituto Albatroz); Beatriz (Instituto  
41 Albatroz); Sr. Caio Marques (Instituto Albatroz); Sr. Daniel Arrebola (Associação  
42 Raízes); Sra. Alejandra Aguilar (Associação Raízes); Sr. Augusto Pascoal (Associação  
43 Raízes); Sr. Antônio (INEA – Gerseg Servrisb); Sra. Lourença Helena (Projeto  
44 Pescarte); Sra. Denise Costa (ouvinte); Sr. Caio Azevedo (ouvinte); Sr. Jorge Mesquita  
45 (Coordenação Especial de Ações de Meio Ambiente); Major Cardeal (Coordenação  
46 Especial de Ações de Meio Ambiente). O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo Pimenta,  
47 iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, o Sr. Leonardo  
48 Nascimento, do CILSJ, destacou que o Instituto Chico Mendes de Conservação e  
49 Biodiversidade (ICMBio) manifestou interesse na recondução no Comitê de Bacia  
50 Hidrográfica Lagos São João (CBHLSJ) para o biênio atual. A Sra. Jéssica Berbat, do  
51 CILSJ, elucidou que devido a problemas internos a instituição não solicitou a  
52 recondução na época do Processo Eleitoral – Biênio 2021-2023. Contudo, tal assunto  
53 seria abordado em “Assuntos Gerais”. Sendo assim, passou-se para o primeiro item de  
54 pauta, sobre a “Avaliação para aprovação do Calendário de Reuniões do CBHLSJ em  
55 2022”. O Sr. Leonardo Nascimento, do CILSJ, apresentou o calendário aos membros,  
56 explicando que a sua elaboração considerou a avaliação do calendário de reuniões  
57 executado em 2021 e aspectos relevantes visando dar maior celeridade a todas as  
58 demandas desenvolvidas pela Entidade Delegatária. Foi informado que o mesmo seria  
59 disponibilizado aos membros, para acompanhamento. De toda forma, o mesmo poderia  
60 sofrer alterações ao longo do ano, de acordo com as necessidades do Comitê. Não  
61 havendo comentários e manifestações contrárias por parte dos membros, o Calendário  
62 de Reuniões foi aprovado. Prosseguiu-se para apresentação dos projetos executados em  
63 2021 e a situação dos Projetos em execução e a executar, cuja meta era publicar a maior  
64 quantidade de editais possíveis até junho de 2022. Tal apresentação seria feita  
65 regularmente, em Plenária, com o objetivo de manter os membros atualizados sobre o  
66 andamento dos projetos. Foi informado que as planilhas apresentadas seriam

67 disponibilizadas aos membros do Comitê. Entretanto, havia uma versão resumida dessas  
68 planilhas disponível no site do Comitê ([www.cbhlagossaojoao.org.br](http://www.cbhlagossaojoao.org.br)) e da Entidade  
69 Delegatária ([www.cilsj.org.br](http://www.cilsj.org.br)), em “Portal da Transparência”, para acompanhamento. O  
70 Sr. Bernardo Corty, da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, questionou sobre a  
71 licença ambiental para a obra de saneamento no bairro Cem Braças, em Armação dos  
72 Búzios, pois faltava, segundo ele, apenas o pagamento da taxa pela empresa. A Sra.  
73 Adriana Saad respondeu que tal situação já havia sido esclarecida junto ao Prefeito,  
74 Secretário de Meio Ambiente e Secretário de Finanças, pois a taxa estava sendo cobrado  
75 ao CILSJ, ao invés da empresa. E como se tratava de uma obra do Comitê, cujo  
76 município era participante, o CILSJ ficaria isento da taxa. A Sra. Denise Morand, do  
77 Conselho Municipal de Meio Ambiente de Búzios, solicitou que fosse disponibilizado o  
78 mapa de localização da obra em questão. O Sr. Eli da Costa, da Colônia de Pescadores  
79 Z-04/Cabo Frio, questionou sobre a obra de saneamento no bairro Praia do Siqueira, em  
80 Cabo Frio, que já havia recurso aprovado, mas sem execução até o momento. A Sra.  
81 Adriana Saad elucidou que o atraso na execução se deu devido à complexidade na  
82 elaboração do projeto e estabelecimento de sua metodologia, além da burocracia para  
83 autorização da publicação do edital. O Sr. Eduardo Pimenta solicitou que fosse  
84 disponibilizado o mapa de localização da obra. A Sra. Adriana Saad informou que  
85 seriam disponibilizados os mapas de localização solicitados. O Sr. Gilmar Jacob, do  
86 COOPASÃOJOÃO, estranhou que estivesse especificado na tabela apresentada um  
87 valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Rio Capivari. Na sequência leu as  
88 Resoluções aprovadas pelo Comitê, a saber, n° 113 e n° 138/2020, que claramente  
89 direcionavam recursos para o rio São João. Diante disso, solicitou que se mantivessem  
90 os recursos para estudos do Rio São João, uma vez que e de conhecimento de todos, que  
91 há muito tempo aguardava-se estudos especificamente para o Rio São João, objeto de  
92 diversas deliberações anteriores que ficaram sem a devida conclusão, motivo pela qual  
93 as deliberações visaram o atendimento do pedido do Ministério Público Estadual. A Sra.  
94 Adriana Saad informou que verificaria a informação e daria um retorno posteriormente.  
95 Acrescentou que levantaria as atas das reuniões que originou as resoluções citadas. E  
96 caso fosse necessário alterá-las, o assunto seria levado ao Subcomitê do Rio São João,  
97 para ser debatido. Logo depois, foi apresentado o Plano Plurianual de Investimentos do  
98 Comitê para o período de 2019-2022, em particular o ano de 2022, onde a Sra. Adriana  
99 Saad elucidou que se tratava de uma previsão dos valores pelo Instituto Estadual do

100 Ambiente (INEA), citando os valores de cada rubrica. A Sra. Sthepanie Lange  
101 questionou o motivo de ser feito o monitoramento do Rio Una, se era uma obrigação da  
102 Concessionária Prolagos. A Sra. Adriana Saad explicou que o recurso foi direcionado  
103 para dirimir dúvidas e confirmar as condições do corpo hídrico e que este estudo não  
104 estava diretamente ligado, exclusivamente, à transposição. Foi questionado sobre o  
105 escopo do projeto de modelagem do Rio Una, sobre o qual a Associação Raízes havia  
106 encaminhado um ofício solicitando informações, e solicitado mais esclarecimentos  
107 sobre o mesmo. A Sra. Adriana Saad elucidou que existia uma Câmara Técnica (CT)  
108 que tratava de assuntos pertinentes a monitoramento de corpos hídricos, onde eram  
109 discutidas propostas de utilização do recurso da rubrica “monitoramento de corpos  
110 hídricos”. Entretanto, desde 2019, o único corpo hídrico que não havia sido  
111 contemplado com esse recurso foi o Rio Una. Tendo em vista as diversas dúvidas sobre  
112 as condições atuais desse corpo hídrico, considerando os efluentes despejados pela ETE  
113 Jardim esperança, a CT aprovou a utilização do recurso de 2022 para verificar a  
114 qualidade da água do rio e dinâmica de dispersão da água e de sedimento. A resolução  
115 que tratava da aprovação desse recurso para o projeto em questão seria abordado ao  
116 longo da reunião. Uma vez a resolução aprovada, seria construído o escopo na CT  
117 monitoramento, em conjunto com os atores envolvidos, para aprovação final pelo  
118 Comitê para dar prosseguimento nos trâmites de contratação. Foi questionado o motivo  
119 pelo qual o estudo estava sendo balizado pela transposição e por que o Comitê decidiu  
120 disponibilizar recurso para tal estudo, uma vez que o mesmo se tratava de uma  
121 obrigação da Concessionária Prolagos. A Sra. Adriana Saad externou que em momento  
122 nenhum foi falado que o estudo em questão era específico para tratar sobre a  
123 transposição. O objetivo era tirar dúvidas sobre as questões que foram levantadas em  
124 diversas reuniões. Sendo assim, o Comitê, na sua autonomia, poderia escolher onde  
125 aplicar seus recursos e para que tipo de projeto. O Sr. Arnaldo Villa Nova acrescentou  
126 que em reuniões pretéritas foram levantadas questões quanto a transposição, sendo  
127 solicitado estudos que dirimissem tais dúvidas. Afirmou que atualmente a água do Rio  
128 Una encontrava-se represada e poluída, necessitando de diluição. Sendo assim, tal  
129 estudo esclareceria se de fato com a transposição dos efluentes, em nível de tratamento  
130 terciário, seria solucionado o problema no corpo hídrico. O intuito não era transferir o  
131 problema, contudo, as decisões precisavam considerar o coletivo e o regional. Destacou  
132 que o estudo da Prolagos, realizado em 2009, apontou que uma possível transposição

133 para a ETE Jardim Esperança, transformando-a em terciária, não afetaria em nada a  
134 situação do Rio. Por essa razão, havia uma resolução na Agenesra corroborando tal  
135 ação. Inclusive, através desse estudo, houve investimento por parte do Estado para  
136 executar o projeto. Concluiu, questionando qual o problema de fazer a transposição,  
137 caso ficasse comprovado no estudo que a transposição traria benefícios ao rio Una. A  
138 Sra. Denise Morand, do Conselho de Meio Ambiente de Armação dos Búzios discordou  
139 com a colocação do Sr. Arnaldo de que o rio encontrava-se represado, afirmando que as  
140 praias do município de Armação dos Búzios foram atingidas com a poluição. E  
141 ressaltou que a CT deveria se aprofundar melhor sobre a interferência da Corrente do  
142 Brasil na região. O Sr. Arnaldo Villa Nova rebateu que tais aspectos seriam esclarecidos  
143 no estudo e que não deveriam trabalhar com hipóteses. O Sr. Gilton Luna, do Sindicato  
144 de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, informou que no dia vinte e seis de janeiro de  
145 dois mil e vinte e dois, a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Cabo Frio,  
146 juntamente com INEA realizaram uma varredura no Rio Uma, fazendo coletas para  
147 análise, para apurar o fenômeno que ocasionou na alteração da coloração da água e no  
148 odor desagradável. Levantou-se a hipótese que a poluição foi causada pelo vinhoto, mas  
149 não foi confirmado. A Sra. Adriana Saad continuou falando sobre o PAP, concluindo  
150 que o Comitê deveria fazer uma reunião específica para dar o direcionamento do que  
151 seria feito com recurso de cada rubrica. O Sr. Bernardo Corty, da Prefeitura Municipal  
152 de Armação dos Búzios, destacou que constava na resposta encaminhada ao Ministério  
153 Público Federal (MPF), em setembro de 2021, que o Comitê havia elencado que o  
154 projeto de transposição estava paralisado e que a concessionária estudaria alternativas,  
155 as quais seriam apresentadas aos poderes concedentes na Revisão Quinquenal.  
156 Entretanto, no redação da resolução que aprovaria recursos para a contratação do estudo  
157 para o rio una citava a transposição, em contraposição ao que a Sra. Adriana Saad havia  
158 informado anteriormente. Chamou atenção para o volume de vazão informado na  
159 resolução, a saber,  $800\text{m}^3/\text{s}$  (oitocentos metros cúbicos por segundo), onde acreditava  
160 que a informação poderia estar errada. De qualquer forma, era um valor temerário,  
161 tendo em vista que a vazão média do rio, atualmente, era de  $105\text{L}/\text{s}$  (cento e cinco litros  
162 por segundo), e com esse valor já ocorria enchentes. Informou que a Secretaria de Meio  
163 Ambiente de Armação dos Búzios estariam realizando coletas da água do rio para  
164 realizar análises laboratoriais. E que a Corrente Brasil tinha grande influência no  
165 transporte de poluentes para as praias do município. Concluiu que existia outras

166 alternativas para solucionar o problema, citando os exemplos em Armação dos Búzios.  
167 O Sr. Augusto Pascoal, da Associação Raízes, atentou que a resolução em questão  
168 citava a transposição e que nenhuma outra alternativa foi debatida além da mesma.  
169 Propôs que fosse pensado em outras alternativas para caso do estudo inviabilizar a  
170 transposição. O Sr. Eduardo Pimenta explicou que o objetivo do estudo era justamente  
171 subsidiar a tomada de decisões. A Sra. Denise Morand comentou que possuía trabalhos  
172 científicos que corroboravam as questões levantadas pela comunidade buziana e que  
173 poderia disponibilizá-los. Questionou o motivo pelo qual o estudo ficou limitado até  
174 Manguinhos, em Armação dos Búzios. O Sr. Eduardo Pimenta expos que no momento  
175 da elaboração do Termo de Referência poderia ser ampliado, desde que esteja dentro do  
176 orçamento disponibilizado. A Sra. Adriana Saad reiterou que o objetivo do estudo era  
177 dirimir as dúvidas levantadas e confirmar as condições do corpo hídrico e que este  
178 estudo não estava diretamente ligado, exclusivamente, à transposição. O Sr. Bernardo  
179 Corty exprimiu que apesar da resolução nao estar usando o termo transposição”, a ideia  
180 ficou subtendida. O Sr. Jorge Mello, da ALA, expressou que estava preocupado com a  
181 contaminação do Rio Uma, que poderia impactar no rio São João, e solicitou que fosse  
182 averiguada a situação. A Sra. Dalva Mansur, do IPEDS, enfatizou que as questões sobre  
183 projetos não deveriam ser discutidas na Plenária, mas nas Câmaras Técnicas  
184 competentes. E que se perdia muito tempo em uma única pauta com pessoas que não  
185 eram membros do comitê e que não estavam a par dos assuntos para dar explicações as  
186 mesmas. Ressaltou que para todas as reuniões do Comitê eram elaboradas relatórios e  
187 que poderiam ser acessadas para tomar ciência das discussões anteriores. Em  
188 desaprovação a colocação da Sra. Dalva, os presentes manifestaram que as reuniões do  
189 Comitê era um espaço democrático e que todos tinham direito a voz e que as dúvidas  
190 eram referentes a resolução, e por isso, todas as colocações eram pertinentes. Dando  
191 prosseguimento, foi feita a leitura da minuta de Resolução sobre a destinação de recurso  
192 para contratação de estudo de modelagem de trecho do Rio Una. Durante a leitura foi  
193 explicado que o valor da vazão especificada na mesma foi fornecido pela Prolagos e que  
194 iriam confirmar a informação. O Sr. Bernardo Corty sugeriu suprimir na redação da  
195 minuta o trecho que falava sobre a possibilidade dos efluentes da ETE Praia do Siqueira  
196 serem lançados no rio Una. O Sr. Eduardo Pimenta solicitou que os membros se  
197 manifestassem sobre a aprovação da Resolução em questão. Dos representantes  
198 presentes que se manifestaram, contabilizaram-se: oito votos a favor; dois votos contra;

199 e duas abstenções. Sendo assim, a resolução foi aprovada. O Sr. Bernardo Corty reiterou  
200 sobre o ofício do CILSJ em resposta ao Ministério Público Federal, o qual utilizava o  
201 termo transposição. E que apesar de não estar na resolução, era um termo que vinha  
202 balizando as discussões. E que a resolução era contraditória ao ofício. A Sra. Aline  
203 Araújo, da Assessoria Jurídica do CILSJ, elucidou que era preciso separar o Consórcio  
204 do Comitê e que o ofício citado foi elaborado conforme instrução dos seus Associados,  
205 dentre os quais estavam incluídos a Prefeitura de Cabo Frio, de Armação dos Búzios e a  
206 Prolagos. E a discussão em pauta era contratação de um estudo que subsidiaria o  
207 posicionamento do Comitê. Não havendo mais comentários por parte dos membros,  
208 seguiu-se para avaliação para aprovação da minuta de Resolução sobre utilização da  
209 conta reserva. A Sra. Adriana Saad explicou que a resolução era uma determinação do  
210 GT FUNDRHI para liberar o recurso do custeio das Delegatárias arretado junto com o  
211 recurso dos projetos. Acrescentou que era importante a aprovação da mesma, visto que  
212 o recurso atual não cobriria todos as despejas da Delegatária. O Sr. Eduardo Pimenta  
213 solicitou que os membros se manifestassem sobre a aprovação da Resolução em  
214 questão. Dos representantes presentes que se manifestaram contabilizou-se: onze votos  
215 a favor e um voto contra. Sendo assim, a resolução foi aprovada pela maioria dos  
216 membros. O Sr. Eli Cardoso, da Colônia de Pescadores Z-4/Cabo Frio, manifestou  
217 insatisfação com as atitudes da Sra. Dalva ao longo da reunião, desrespeitando o direito  
218 a voz dos ouvintes na reunião. Prosseguiu-se para avaliação para aprovação de minuta  
219 de Resolução sobre alteração de percentual para contratação de empresa especializada  
220 na elaboração de projetos básicos, executivos e fiscalização em obras de saneamento.  
221 Não havendo manifestações contrárias, a Resolução foi aprovada pela maioria dos  
222 membros. Avançou-se para apresentação sobre o Manual Operativo da Barragem de  
223 Juturnaíba, pela Sra. Gabriela Coutinho, da Prolagos. A Sra. Gabriela Coutinho  
224 explicou que se tratava de uma atualização do Manual vigente, visto que o mesmo  
225 encontrava-se obsoleto, e que teria mais afinidade com o “monitoramento” do que com  
226 a “operação”, pois seria realizado um acompanhamento visual do nível da barragem,  
227 através de instrumentos como piezômetros. Explicou que o vertedouro é um  
228 instrumento para manutenção da água em seu curso para o rio São João, mencionando  
229 que dentro do serviço de operação existem os registros de operação, os dados de níveis  
230 do reservatório, ocorrências significativas tendo em vista o vertedouro, os relatórios  
231 produzidos e entregues a Agenersa, e os serviços de manutenção como um todo, e

232 apresentou os estudos feitos na barragem que geraram o Manual Operativo. Devido às  
233 novas legislações sobre barragens, a sua revisão se tornou responsabilidade da  
234 Concessionária, uma vez que era item integrante do Plano de Segurança de Barragem.  
235 Continuou, apresentando o Manual revisado e informou que seriam alteradas as cotas  
236 operacionais da barragem, o qual seria validado na resolução seguinte. Elucidou que  
237 essa alteração utilizou como base diversos estudos científicos, como topobatimetria,  
238 investigação geológica, sondagem nos taludes, ensaios geotécnicos, e que o de maior  
239 importância foi o que estabelece a curva, cota, área e volume do reservatório, realizado  
240 por várias empresas envolvidas, pois através do mesmo seria possível saber exatamente  
241 qual seria a vazão, área e volumes atuais, relatando que este novo manual estabeleceu as  
242 cotas de operação ideais da Barragem. Explicou ainda, que o projeto original de  
243 construção da barragem foi consultado na Biblioteca Nacional, e a partir disto foi feito  
244 um projeto chamado “as is”, que seria para contrastar com o projeto inicial e identificar  
245 o que realmente foi feito. Relatou que diante disso, foi estabelecido os níveis de  
246 operação da barragem, adotando estudos hidrológicos com tempo de recorrência de até  
247 10.000 (dez mil) anos, e analisou-se a vazão dos rios considerando as influências de  
248 vazões hidrológicas, adotando-se uma vazão máxima de 2.577 (dois mil, quinhentos e  
249 setenta e sete) m<sup>3</sup>/s, e que sendo assim, com a vazão atual dos afluentes do São João,  
250 com a vazão que chega ao Reservatório de Juturnaíba, o nível mínimo de operação dos  
251 vertedouros seria de 8,40m. Prosseguindo, explicou que o nível mínimo é igual ao nível  
252 normal porque a barragem é de “Crista Livre”, vertendo livremente, então não há  
253 operacionalidade nas comportas e controle sobre o nível, sendo que o nível normal é  
254 8,40m porque está ligado à vazão de chegada nos vertedouros, e completou dizendo que  
255 caso houvesse uma vazão de chegada que fizesse o nível ficar em 8,40m, este seria  
256 normal, e que abaixo de 8,40m a água não verteria e mencionou que este nível foi  
257 calculado para que o Rio São João mantenha seu fluxo hídrico constante. Sintetizou que  
258 não se tem controle sobre o nível da água no reservatório, e que o determinante é a  
259 vazão dos rios que chegam nele: “Capivari, Bacaxá e São João”. Sendo assim, não  
260 adiantaria fazer manobras nas comportas (descarregadores de fundo), e que os mesmos  
261 foram feitos em projeto para aproveitamento do volume que não fosse utilizado para  
262 captação, sendo redirecionado para agricultura, mas que este projeto não se concluiu e  
263 com isso, as comportas ficaram sem a serventia original para a qual foram criadas, mas  
264 que auxiliam na manutenção do reservatório quando há necessidade de desvio da água



265 dos vertedouros e também na manutenção da segurança hídrica do Rio São João no  
266 caso de nível mínimo do reservatório abaixo de 8,40m, com vazão de 8m<sup>3</sup>/s necessária  
267 estabelecida pelo CBHLSJ dentro dos estudos que foram feitos anteriormente. Mostrou  
268 então, gráficos comparativos sobre os estudos de vazão, e pelos descarregadores de  
269 fundo, que acima de 8,40m há uma vazão mínima de 20m<sup>3</sup>/s e que com apenas um vão  
270 acima de 8,40m se tem uma vazão mínima de 10m<sup>3</sup>/s, e apontou que a vazão da represa  
271 mesmo no período de seca, passa de 10m<sup>3</sup>/s. Assim, finalizou relatando outras diretrizes  
272 sobre trabalhos de manutenção da barragem, como segurança no entorno do local,  
273 retirada de vegetação, iluminação e etc. Colocou-se a disposição para esclarecer  
274 quaisquer dúvidas e responder a perguntas que os membros quisessem realizar. O Sr.  
275 Presidente Eduardo Pimenta tomou então a palavra e declarou que não havendo  
276 comentários por parte dos membros, seria iniciada a avaliação e aprovação de Minuta de  
277 Resolução que altera a Resolução CBHLSJ nº 14/2007 – Sobre Operação das  
278 Comportas da Barragem de Juturnaíba. A Sra. Aline Araújo deu esclarecimentos sobre  
279 as questões levantadas na Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL), referente à  
280 resolução em questão, na qual foi questionado se a barragem era competência do  
281 Comitê. Explicou que a competência não era do Comitê, porém, com o passar do tempo  
282 acabou assumindo a responsabilidade, e, por esse motivo, era necessário que a Plenária  
283 se manifestasse sobre a atualização da Resolução CBHLSJ nº 14/2007. Diante do  
284 exposto, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros, sem manifestações  
285 contrárias. Passando para “Assuntos Gerais”, a Sra. Adriana Saad divulgou a  
286 recondução do ICMBio no Comitê, conforme informado no início da reunião. Deste  
287 modo, eu, Samara M. P. da H. Barros, lavro a presente Ata, para que, depois de lida,  
288 aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada  
289 pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos  
290 legais. São Pedro da Aldeia, 28 de abril de 2022.



**EDUARDO GOMES PIMENTA**  
Diretor-Presidente do CBHLSJ